


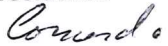
**12. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO –
CONCURSO PÚBLICO – PROPOSTA Nº. CPE.05.22. DMOSM:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, autorização para a contratação da Empreitada de **“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE – U.F. DE S. JOSÉ DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”**, bem como o acordo de entidades adjudicantes (constante do processo).

DELIBERAÇÃO:

Aprovo. ____/____/2022

Pelos representantes da AGERE:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.
O Diretor do DOM,30/03/2022Remeta-se ao Sr.
Presidente.
A Diretora da DMOSM.2022/03/30

Despacho:


O Presidente,
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)22/03/30

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: Câmara Municipal de Braga.

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO

PROPOSTA N.º CPE.05.22.DMOSM

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A presente contratação é promovida em regime de agrupamento de entidades adjudicantes, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea a), do *Código dos Contratos Públicos*, agrupamento esse constituído por:

- a) **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de Pessoa Coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, freguesia de São João do Souto; e
- b) **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, (abreviadamente identificada por **AGERE**), com o número de Pessoa coletiva 504 807 692, com sede na Praça Conde de Agrolongo, 115, freguesia de São João do Souto.

Contratação: Empreitada de “EU JÁ PASSOA AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”

Vocabulário CPV:	Prazo máximo de execução:250 dias	Preço Base: €2.842.224,76
-------------------------	--	----------------------------------

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, justificada na informação técnica que se anexa, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, cujo preço contratual estimado é de **€2.842.224,76 (dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e quatro euros e setenta e seis cêntimos (sem Iva))**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**.

Propõe-se a aprovação da possibilidade prevista no artigo 70.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos (CCP), no caso em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, nos termos do referido artigo 70.º n.º 6 do CCP.

Propõe-se ainda o seguinte:

A. Acordo de entidades adjudicantes

Aprovação da constituição com a AGERE EM, de um **agrupamento de entidade adjudicantes** prevista no artigo 39.º do Código de Contratos Públicos, com os fundamento previsto na alínea a) do mesmo artigo (interesse comum), complementada pela fundamentação descrita em sede de minuta de acordo.

B. Peças do procedimento

1. Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2. Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, sendo calculado nos termos seguinte:

2.1. O **Preço base do procedimento** é de **€2.842.224,76 (dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e quatro euros e setenta e seis cêntimos (sem Iva))**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sem prejuízo da possibilidade prevista no artigo 70.º n.º 6 do CCP.

2.1.1. - Constituem parâmetros base, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º, n.ºs 3 e 4 do *Código dos Contratos Públicos*, os seguintes:

- a) - O preço de €2.562.090,12 + IVA constitui o **preço parcelar máximo** que os concorrentes podem oferecer para a execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, componente do preço que ficará da conta do Município de Braga;
- b) - O preço de €280.134,64€ + IVA constitui o **preço parcelar máximo** que os concorrentes podem oferecer para a execução dos trabalhos

previstos no capítulo 10 (rede de abastecimento de água) constante do mapa de trabalhos proposto, componente do preço que ficará da conta da AGERE (**não sendo admitida a possibilidade prevista no artigo 70.º n.º 6 do CCP**).

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, designadamente, preços unitários de artigos idênticos, apresentados no âmbito de outros procedimentos.

2.2. - O prazo de execução é de **250 dias**, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelo concorrente.

3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o **prazo de 30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do *Código dos Contratos Públicos*:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

4.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo:

5. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao a desempenhar funções na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109º do CCP, sejam delegadas no Júri e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM/DOM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o regulamento de análise das propostas, definido no Anexo VI do programa de concurso, por ponderação dos fatores e subfatores que se indicam de seguida:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço			70%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	30%		
	Programa de trabalhos	50%			

8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 67936 de 30/03/2022.

30 de março de 2022

DMOSM/DOM/GAC,

Em anexo:

- Informação Técnica (fundamentação do preço base);
- Cabimento n.º 67936.

Página 6 de 6

Registo: I/20623/2022

Projeto: EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação da Avenida da Liberdade,
U.F. de S. Lázaro e S. João do Souto

INFORMAÇÃO DO PROJETO:

Enquadramento geral

O projeto “Eu Já Passo Aqui!” surge a partir de uma proposta em âmbito de Orçamento Participativo denominada “Eu Não Passo Aqui!”, que apelava à eliminação de barreiras arquitetónicas, para assegurar um espaço pedonal mais livre, confortável e inclusivo, isto é, preparado para que pessoas de mobilidade reduzida pudessem também percorrer o espaço público sem limitações. O Município de Braga pretende dar resposta positiva a esta necessidade, atuando extensivamente nos percursos pedonais para corresponder aos preceitos essenciais à mobilidade inclusiva e, assim, obter uma malha pedonal de excelência.

Tendo em conta que a mancha urbana já se estendeu por uma área relativamente extensa, tornando alguns trajetos menos apetecíveis ao modo pedonal, entende-se essencial que o modo ciclável seja fomentado, apresentando-se como uma alternativa bastante eficaz em percursos mais longos.

As alterações que se propõem neste projeto terão um papel importante na beneficiarão dos modos suaves de deslocação na cidade, de tal modo que se prevê incitar fortemente ao aumento da utilização dos mesmos.

Descrição do projeto

A proposta atual consiste numa intervenção integrada na Avenida da Liberdade, desde o seu cruzamento com a Rua do Raio até a Rotunda de S. João da Ponte, totalizando uma extensão de cerca de 850 metros.

O projeto prevê o reperfilamento da via com a inserção de vias cicláveis segregadas, unidireccionais, dos dois lados da faixa de rodagem, novas travessias pedonais, eliminação de barreiras à circulação inclusiva, incremento da arborização e aumento da área permeável.

A intervenção inclui a execução dos seguintes trabalhos:

- As vias de trânsito serão estreitadas, promovendo-se a diminuição das velocidades praticadas.
- Os cruzamentos e as passadeiras serão, genericamente, sobrelevados ao nível dos passeios, associados a soluções semafóricas inteligentes e inovadoras, que irão aumentar significativamente o conforto e a segurança para peões e ciclistas e, em simultâneo, a diminuição das velocidades praticadas pelos automóveis.
- Implementação de novas travessias:
 - no lado Sul do cruzamento com a Rua 25 de Abril;
 - nos lados Norte e Sul do cruzamento com a Avenida João XXI;
 - junto ao cruzamento com a Rua Araújo Carandá;
 - junto à Rotunda de S. João da Ponte, na Av. Viriato Nunes (N101);
 - a travessia existente junto ao Parque da Ponte será duplicada, passando a haver uma ligeiramente mais a Norte, sobre o Rio Este, e outra mais a Sul, junto à Rotunda.
- Todas as travessias pedonais passam a incorporar pisos podotáteis.
- As paragens de transporte público são redesenhadas, de modo a que a plataforma de embarque fique elevada 30cm acima da faixa de rodagem, facilitando o acesso aos autocarros.
- Reformulação e/ou reposicionamento do mobiliário urbano, da iluminação pública, da sinalização e das demais infraestruturas, compatibilizando-os com o novo desenho da via.
- Execução de canteiros junto aos limites da faixa de rodagem, com novas plantas que não exigirão sistema de rega.
- Eliminação e substituição das duas passagens inferiores que se encontram junto à Avenida João XXI / Avenida Imaculada Conceição por travessias de superfície, plenamente acessíveis.
- Os espaços afetos ao estacionamento público foram revistos, dando-se prioridade às atividades de cargas e descargas, mantendo-se, contudo, alguns lugares de utilização comum, bem como lugares de mobilidade condicionada.

Esta intervenção pretende beneficiar fortemente a sua imagem urbana e contribuir para uma evolução muito relevante nos padrões de mobilidade da cidade e na diminuição significativa das emissões de gases, quer através da redução no número de veículos e redução das velocidades praticadas, quer pelo aumento da área permeável com inserção de novas componentes vegetais, incluindo novas árvores.

PROPOSTA:

Para autorização, cabimento e abertura de procedimento.

Propõe-se o Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, da alteração ao CCP – Lei n.º 30/2021, de 21/05.

A empreitada denominada "**EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação da Avenida da Liberdade, U.F. de S. Lázaro e S. João do Souto**", a levar a efeito na Avenida da Liberdade, na União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, tem o valor base de **2.842.224,76€ + IVA**.

Propõe-se ainda, a constituição de um **agrupamento de entidades adjudicantes**, a celebrar por mutuo acordo com a AGERE EM, constituição essa prevista no artigo 39.º do Código de Contratos Públicos com base no pressuposto previsto na alínea a) do mesmo artigo. Os exatos termos do acordo constam da proposta anexa e do previsto em sede de programa de procedimento e caderno de encargos apenso ao procedimento, peças essa que deverão ser validadas pelas duas entidades.

Propõe-se ainda, de acordo com o previsto no ponto **6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos** - e em caso de todas as propostas sejam excluídas, que, face ao excecional período de instabilidade do mercado da construção onde as variações e oscilações de preços tornam a determinação do preço base um ato a meramente de "curto prazo" – optar-se sobre adjudicar aquela que entre outras propostas não exceda em mais de 20% o montante do preço base e seja ordenada em primeiro lugar.

Considerar-se de interesse público precaver-se e mitigar-se este risco com a tomada desta medida excecional. O facto de se pretender submeter este procedimento a uma candidatura a fundos FEDER, com prazo limite de execução e conclusão da operação de 30 junho de 2023, vem complementar a necessidade de se optar por esta medida excecional.

O prazo de execução: 250 dias.

Gestor de contrato:

Segue pasta para concurso (elementos digitais) em anexo.

Para os devidos efeitos. Segue 1 processo físico.

FUNDAMENTAÇÃO DO PREÇO BASE:

(cfr. o disposto no art.º 47 da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, da alteração ao CCP – Lei n.º 30/2021, de 21/05)

As entidades adjudicantes deparam-se neste momento com uma grande dificuldade na determinação dos preços base unitários. A atual volatilidade dos preços de mercado não permite que se assegurem preços unitários por um período enquadrável com os prazos definidos em concurso público, no limite, à data de apresentação das propostas, os preços poderão estar já desatualizados.

Pese embora este facto, e consciente da instabilidade do mercado, o Município de Braga efetuou um esforço acrescido na determinação dos preços base unitários. Assim, para além de os ter determinado com base nos custos médios resultantes de anteriores procedimentos (para procedimentos do mesmo tipo previsto) previsto no número 3 do artigo 47.º do CCP efetuou também consulta informal a fornecedores e fabricantes de materiais que se prevê aplicar em maior quantidade em obra. Esta consulta informal permitiu, não só os determinar, mas também identificar a sua tendência de oscilação a curto prazo. Considera-se que a referida consulta não consistiu, no nosso entender, num ato de distorção da concorrência prevista no número 2 e 3 do artigo 35.º-A pelo que não se exige a tomada de medidas previstas no número 3 e 4 do mesmo artigo.

Braga, 30 de Março de 2022

ACORDO

Agrupamento de Entidades Adjudicantes

(artigo 39.º do Código de Contratos Públicos)

entre

Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, NIF 506 901 173, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga;

Doravante designada por «Município de Braga»;

e

Segunda: AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M., com o número de matrícula e pessoa coletiva 504 807 692, com sede na Praça Conde de Agrolongo, 115, freguesia de Braga (São João do Souto), cidade de Braga, neste ato representada por Rui Manuel de Sá Morais, NIF [redacted] portador do Cartão de Cidadão número [redacted] e válido até [redacted] por António Jorge Almeida da Silva, [redacted] portador do cartão do cidadão número [redacted] válido até [redacted] e por Paula Nívea Nunes Campos, [redacted] portadora do cartão do cidadão [redacted] válido até [redacted] todos com residência profissional na Praça Conde de Agrolongo, 115, freguesia de Braga (São João do Souto), cidade de Braga, os quais outorgam na qualidade de membros do Conselho de Administração, e em representação da mesma;

Doravante identificada simplesmente por «AGERE»

Considerando que:

- (i) O Município de Braga, no quadro da prossecução das suas atribuições legais e no âmbito da concretização do seu plano de atividades, pretende promover a execução da empreitada que tem por designação “EU JÁ PASSO AQUI – Avenida da Liberdade”,

empreitada essa que tem como objetivo estratégico eliminação de barreiras arquitetónicas, para assegurar um espaço pedonal mais livre, confortável e inclusivo, isto é, preparado para que pessoas de mobilidade reduzida pudessem também percorrer o espaço público sem limitações através da implementação de um conjunto de respostas positivas a esta necessidade, atuando extensivamente nos percursos pedonais para corresponder aos preceitos essenciais à mobilidade inclusiva e, assim, obter uma malha pedonal de excelência. Será ainda contemplado a criação de canais cicláveis, obtidos através de uma diminuição da largura das faixas de rodagem, o que abona, por um lado, à acalmia do tráfego, por meio do estreitamento das vias de trânsito e, por outro, colabora na transformação do espaço público com vista ao incentivo do uso de modos suaves de deslocação.

- (ii) A **AGERE** tem por objeto social captação, *tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos e a limpeza e higiene públicas e, em concretização do seu plano de atividades, pretende promover, no local de execução da obra do Município de Braga, a realização de trabalhos de substituição parcial da rede distribuidora de abastecimento de água.*
- (iii) Os, aqui, contraentes pretendem promover a execução de ambas as intervenções em parceria, de forma concertada, por constituir uma obra de interesse comum e da conta de ambos;
- (iv) O artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos* permite que duas ou mais entidades adjudicantes se agrupem com vista à formação de um contrato cuja execução seja do interesse de todas, criando assim um agrupamento de entidades adjudicantes, que é o caso presente, uma vez que no contrato pretendido celebrar estão em causa, de forma associada e interligada, trabalhos da responsabilidade e da conta do **Município de Braga**, e trabalhos da responsabilidade e da conta da **AGERE**;
- (v) As partes designam o **Município de Braga** como representante do agrupamento e, nessa condição, incumbem-lhe o poder e o dever de promover o processo de formação do contrato e assegurar, de forma subsequente, a gestão do mesmo;

- (vi) As partes outorgantes aceitam definir como parâmetro orientador da atuação do **Município de Braga**, enquanto representante e gestor do agrupamento, o princípio da equidade económica na gestão do empreendimento, assegurando, na contratação de empreitadas de obras públicas, uma justa e equilibrada repartição dos custos das obras entre a **autarquia** e a **AGERE**, em função do peso relativo, no orçamento global, dos trabalhos da conta de cada uma das entidades adjudicantes;

Para assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos na concretização de obras de interesse comum, as aqui outorgantes celebram o presente acordo de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, que se regerá pelos termos constantes dos artigos seguintes que, entre si, livremente estipulam e reciprocamente aceitam.

Artigo 1.º

(Objeto)

Pelo presente instrumento e nos termos e condições aqui definidos, o **Município de Braga** e a **AGERE** constituem um agrupamento de entidades adjudicantes para a celebração, no interesse de ambas, de um contrato de empreitada que denominam de **“EU JÁ PASSO AQUI – AVENIDA DA LIBERDADE”** e que tem por objecto:

- a) Por conta do **Município de Braga**, a execução dos trabalhos compreendidos no projeto de execução **“EU JÁ PASSO AQUI – AVENIDA DA LIBERDADE”** trabalhos esses que corresponderão a um preço base que se define, para efeitos de procedimento de contratação, em € 2.562.090,12 (dois milhões quinhentos e sessenta e dois Mil noventa euros e doze Cêntimos) acrescido do imposto IVA à taxa legal em vigor.
- b) Por conta da **AGERE**, a execução dos trabalhos compreendidos no projeto de execução relativos a **“EU JÁ PASSO AQUI – AVENIDA DA LIBERDADE”**, trabalhos esses que corresponderão a um preço base que se define, para efeitos de procedimento de contratação, em € 280.134,64€ (duzentos e oitenta Mil cento e trinta e quatro Euros e sessenta e quatro Cêntimos) acrescido do imposto IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

(Âmbito)

1.- Os, aqui, outorgantes definem o **Município de Braga** como representante do agrupamento para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato e de gestão da sua execução.

2.- O presente acordo constitui autorização bastante da **AGERE** para o **Município de Braga** praticar todos os atos técnicos, jurídicos e económico-financeiros necessários à perfeita execução da sua obra, ficando em tal autorização compreendidos, designadamente, os poderes para praticas os atos necessários e compreendidos na:

- a) Revisão e assessoria no controlo da qualidade do projecto;
- b) Contratação de empreiteiros e equipas de fiscalização;
- c) Gestão das relações com entidades terceiras, produção de relatórios de gestão das empreitadas e supervisão dos trabalhos realizados pelas equipas de fiscalização;
- d) Pós-construção e assessoria a todas as demais ações até à receção definitiva da obra.

Artigo 3.º

(Poder de representação e gestão da segunda contraente)

1.- O **Município de Braga** contratará todas as prestações necessárias à concretização da obra da **AGERE**, referida na alínea b) do artigo 1.º, em nome próprio, assumindo, perante o(s) adjudicatário(s), a condição de entidade adjudicante e dona da obra, nos termos da lei.

2.- O **Município de Braga** adotará, de forma autónoma e no exercício de poderes discricionários, mas sempre no cumprimento das disposições legais aplicáveis e das regras da arte, o procedimento pré-contratual a observar para a adjudicação das diferentes prestações, podendo contratar os serviços necessários à concretização da obra da **AGERE** em simultâneo com a execução de quaisquer outros trabalhos do seu interesse, com recurso a procedimentos adjudicatórios comuns, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 4.º

(Equidade económica na gestão)

1.- Será assegurado, mediante a adoção de mecanismos adequados, como tal reconhecidos pelas partes outorgantes, a equidade económica na gestão do empreendimento abrangido pelo presente contrato.

2.- Para efeitos do disposto no número anterior, o **Município de Braga** promoverá condições contratuais que assegurem uma repartição justa e equilibrada entre os encargos associados aos trabalhos da **AGERE**, e aqueles que são da sua conta.

3.- A equidade pretendida nos termos do presente artigo será salvaguardada através da definição de parâmetros base que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do *Código dos*

Contratos Públicos, assegure, como limites máximos para cada uma das entidades adjudicantes, os valores referenciados no artigo 1.º do presente acordo.

4.- A AGERE assumirá, igualmente, uma fração da parte do preço respeitante à montagem, manutenção e desmontagem do estaleiro, que se liquidará em função da composição percentual da parte do preço contratual da sua responsabilidade por aferição daquela parte que será da conta do **Município de Braga**.

Artigo 5.º

(Decisões e comunicações)

1.- A(s) decisão(ões) de contratar, a(s) decisão(ões) de escolha do(s) procedimentos e a(s) decisão(ões) de adjudicação serão tomadas conjuntamente pelos órgãos competentes do **Município de Braga** e da AGERE, em respeito do prescrito no n.º 3 do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A AGERE pronunciar-se-á, para efeitos do disposto no número anterior, no prazo de 5 (cinco) dias após recomendação do **Município de Braga**, podendo este presumir que a recomendação foi aceite pela primeira, caso se esgote o referido prazo sem pronúncia formal daquela.

3.- No âmbito da gestão do empreendimento, o **Município de Braga** informará periodicamente a AGERE sobre as diligências instrutórias que for tomando.

4.- A AGERE designará um representante para participar em todos os procedimentos de contratação promovidos pelo **Município de Braga**, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, integrando, nomeadamente, os júris de procedimentos.

Artigo 6.º

(Discrecionabilidade técnica)

1.- Salvo o especificamente indicado no presente acordo, o **Município de Braga** adotará, na sua gestão, os procedimentos que no seu entender se mostrem legal e tecnicamente mais adequados à concretização do empreendimento.

2.- O planeamento da execução dos trabalhos será da responsabilidade exclusiva do **Município de Braga**.

Artigo 7.º

(Projetos elaborados pela AGERE)

1.- Os projectos a serem executados em obra são os que foram remetidos ao **Município de Braga** pela AGERE.

2.- A eventual revisão dos projetos depende da prévia autorização da **AGERE**, que se pronunciará no prazo de 15 dias, sob pena de se considerar tacitamente autorizada.

Artigo 8.º

(Execução dos trabalhos)

1.- O **Município de Braga** executará, em obra, os projetos relativos ao empreendimento objeto do presente contrato.

2.- Serão realizadas vistorias e autos parciais dos trabalhos referentes às infraestruturas da responsabilidade da **AGERE**, que, para o efeito, será convocada com a devida antecedência, autorizando, por escrito a assinatura do respetivo auto e recebendo as respetivas redes que ficarão sob sua gestão.

3.- A **AGERE** designará um representante que assegurará, diretamente, a fiscalização dos trabalhos executados por conta da **AGERE**, promovendo a tramitação das autorizações e decisões desta e realizará as medições da parte dos trabalhos da responsabilidade da empresa.

4.- Uma vez efetuada a receção provisória da obra, a **AGERE** assumirá, imediatamente e sem necessidade de qualquer outra formalidade, a gestão da infraestrutura indicada na alínea b) do artigo 1.º do presente contrato.

Artigo 9.º

(Alterações aos projetos)

1.- Em sede de execução da empreitada, a **AGERE** só poderá proceder à alteração dos projetos com fundamento na verificação de circunstância relevante, superveniente, imprevista e não suscetível de ter sido prevista aquando da sua aprovação.

2.- A alteração dos projetos em fase de execução da obra terá de ser comunicada ao **Município de Braga**, por escrito, com o aludido fundamento detalhado.

3.- Sempre que a **AGERE** determine uma alteração de projeto:

- a) Suportará os custos que essas alterações eventualmente impliquem no projeto;
- b) Ressarcirá o **Município de Braga** dos eventuais custos que esta tenha, por aquele facto, de suportar face ao empreiteiro e aos demais prestadores de serviços, por força da alteração do equilíbrio das prestações contratuais, designadamente em virtude da prorrogação dos prazos das empreitadas.

4.- A **AGERE** apenas poderá determinar a realização de trabalhos complementares se tal possibilidade encontrar justificação e enquadramento legal.

Artigo 10.º

(Segregação contabilística)

1.- O **Município de Braga** assegurará o tratamento contabilístico dos contratos de forma a ser permanentemente possível identificar, fundamentadamente, quais as responsabilidades financeiras da **AGERE** no empreendimento.

2.- Em sede de execução dos trabalhos compreendidos no empreendimento, os trabalhos da conta da **AGERE** serão objeto de medição autónoma, formalizada em auto de medição independente, a acompanhar mensalmente pelo técnico responsável designado por esta empresa, que procederá à sua conferência e validação.

3.- Serão, também, enviados à **AGERE**, com periodicidade mensal, os relatórios de fiscalização e outros documentos necessários ao correto acompanhamento e supervisão dos trabalhos.

4.- Sem embargo das responsabilidades que cometem ao **Município de Braga**, como dono da obra, no âmbito da empreitada objeto do presente contrato, a **AGERE** poderá comunicar, por escrito, ao **Município de Braga**, situações em que seja de presumir eventual existência de defeitos de execução da obra, permitindo diligenciar, atempadamente, no sentido de apurar da ocorrência, ou não, de tais deficiências e a imputabilidade da responsabilidade ao empreiteiro.

5.- Em todas as situações de desconformidade que vierem a ser detetadas, nos termos do número anterior, o **Município de Braga** lavrará auto e procederá às notificações nos termos e prazos previstos na lei, de molde a permitir o correto accionamento das garantias contratuais, se necessário.

Artigo 11.º

(Suporte financeiro)

1.- Os custos e encargos com trabalhos de empreitada, prestação de serviços e demais prestações da conta da **AGERE**, nos termos do presente contrato, serão diretamente suportados por esta.

2.- Os trabalhos não previstos considerar-se-ão encargo do contraente responsável pelos erros e/ou omissões do projeto que lhes estiveram na origem.

3.- O **Município de Braga** assegurará em todos os documentos disciplinadores de contratação a obrigatoriedade dos respectivos cocontratantes faturarem diretamente os trabalhos e serviços da conta da **AGERE** a esta última entidade adjudicante.

4.- O incumprimento da obrigação de pagamento, nos termos do disposto nos números anteriores, importará para a **AGERE** a responsabilidade por quaisquer custos indemnizatórios ou de

outra natureza que sejam imputáveis ao Município de Braga, atenta a condição desta de entidade adjudicante e dona da obra.

Artigo 12.º

(Vigência)

O presente acordo vigora a partir da presente data e cessa efeitos quando concluído o empreendimento.

Por ser esta a vontade expressa dos outorgantes, vão eles assinar o presente acordo, feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

Braga, 29 de março de 2022

Pelo Primeiro

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Segundo

(Membro do conselho de Administração AGERE EM)